

MEMÓRIAS E NARRATIVAS DOS TRABALHADORES DOS ARMAZÉNS DE FUMO - Santo Antônio de Jesus-Bahia/Brasil 1950-70

Temática: Población, género e identidad

Cristina da Anunciação da Silva Assis
Mestranda PPGHIS- Universidade Estadual da Bahia
tinassiss@yahoo.com.br

Sara Oliveira Farias
Docente UNEB/Coordenadora do PPGHIS
sarafarias@uol.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar através das memórias e narrativas as experiências vivenciadas pelos trabalhadores dos armazéns de fumo no município de Santo Antônio de Jesus localizado na região do Recôncavo no estado da Bahia/Brasil. Entre as décadas de 1950-70 o trabalho nos armazéns se constituiu importante fonte de emprego e renda para a população pobre e carente da cidade e da região. A lavoura fumageira se destacou no Recôncavo Baiano a partir século XIX, consagrando alguns municípios como importante área produtora de fumo para exportação. Em Santo Antônio de Jesus, o plantio do fumo e sua comercialização, propiciou o desenvolvimento de diversas atividades econômicas, como o plantio nas roças, o beneficiamento de fumo nos armazéns e a confecção de charutos em fabricos caseiros. Os armazéns de fumo, também chamados de empresas enfardadoras, tinham a função de preparar o fumo para a fabricação de charutos e outros derivados. Empregavam homens e mulheres de baixa escolaridade e geralmente com muitos filhos que, para sobreviver, se exauriam nas cansativas tarefas do beneficiamento do fumo. Os armazéns funcionavam de dois a oito meses e variavam conforme a safra do fumo. Segundo alguns registros, apesar do funcionamento dos estabelecimentos ser temporário desde meados do século XX, eram para onde se destinavam 60% da população da cidade. As condições impostas para a ocupação de cargos e funções dentro dos armazéns faziam com que as relações entre os trabalhadores fossem marcadas por conflitos e tensões. Assim, buscamos analisar os armazéns enquanto espaço de produção econômica, de saberes e experiências e compreender os conflitos, os valores e as ações políticas dos sujeitos constituídos em um ambiente caracterizado por relações verticalizadas.

Palavras-chaves: armazéns de fumo – trabalho – cotidiano.

A memória, considerada antilinear, marcada por constantes jogos de temporalidades e por esquecimentos, significa, *a priori*, a presença do passado. "Reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional"¹, é a operação coletiva dos acontecimentos das interpretações do passado. Foi a partir do século XX, sobretudo depois de 1950, que as discussões acerca da memória ganharam impulso. E nesse processo, as ciências sociais passaram a explorar a noção de memória coletiva em seus estudos e estabelecer, inclusive, relações de interdisciplinaridade. Assim a História e a memória, contrariando a visão tradicional de uma relação que se apresentava de forma relativamente simples, distanciam-se.

¹ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. (In:) FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO Janaína(orgs.) *Usos e abusos da história oral*. 8ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 94.

Reflexões teóricas apontam a memória como importante ferramenta para as pesquisas históricas, relacionando a memória individual e os relatos ao meio social e à memória local. Os estudos empreendidos pelo sociólogo Maurice Halbwachs² contribuem para a compreensão da memória enquanto lembranças construídas pela coletividade. Para o autor, a memória aparentemente particular remete a um grupo, o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, grupos e instituições e ainda que a memória seja tida como individual; sujeitos históricos não fazem nada individualmente, realizam as coisas de modo coletivo.

Assim, ainda que as impressões, as vivências e as lembranças sejam constituídas dentro de grupos, o processo de rememoração e de composição das reminiscências apresenta uma individualidade. A memória individual é resultado da construção das experiências e circunstâncias atuais. As memórias dos sujeitos nunca são só suas, pois nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade, ela se esvai quando nos afastamos do grupo que estava a ela ligada, mas nunca nos lembramos sozinhos³ e embora as memórias individuais tenham sempre um caráter social, devem ser analisadas com muita cautela pelos historiadores, pois intercalam lembranças de diferentes experiências, influências e vivências que se constituíram nas relações dos grupos sociais, além da posição social ocupada pelos indivíduos, o que pode favorecer as interferências e mudanças.

Lembrar é refazer, reconstruir as experiências do passado com as ideias do presente⁴. Nesta perspectiva, se insere o estudo sobre os trabalhadores dos armazéns de fumo em Santo Antônio de Jesus⁵. A partir das narrativas, buscamos analisar as experiências dos trabalhadores em seu próprio fazer histórico, proporcionar a preservação de memórias e visibilizar histórias de indivíduos e grupos que constituiu o mundo do trabalho na cidade. Bem como, articular o debate sobre história e memória, evidenciando o dinamismo econômico, cultural e social, nas décadas de 1950 a 1970, período em que os armazéns constituíam importante fonte de emprego e renda para homens, e principalmente mulheres: pobres, negras, com pouca escolaridade e muitos filhos.

Os armazéns de fumo, também chamados de empresas enfiadoras, cuja implantação foi propiciada pelo desenvolvimento dessa cultura, tinham a função de fazer a preparação do fumo para a fabricação de charutos e outros derivados. Assim, pretendo destacar o papel dos armazéns enquanto espaço de produção econômica, de saberes e experiências, onde se definiram e se enfrentaram as classes sociais, buscando assim compreender os conflitos e as ações políticas dos sujeitos, revelando a cultura e os valores constituídos na espacialidade do trabalho e enfatizando o papel da mulher. A partir da oralidade, de gestos e de expressões corporais percebidos nas narrativas de suas experiências, podemos reconstruir as trajetórias de vida dos trabalhadores e as histórias resultantes da luta pela sobrevivência cotidiana desses homens e mulheres, identificando o estabelecimento das relações sociais, o processo de seleção para o emprego e as táticas de resistência à disciplina do trabalho.

Os armazéns e a cidade

Em Santo Antônio de Jesus, desde o final do século XIX, o plantio e a comercialização do fumo, a lavoura de cana-de-açúcar, da mandioca e de outros produtos foram as principais atividades

² HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, 1990.

³ Ibidem, p.51.

⁴ CONSTANTINO, Nuncia Santoro de. **O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local?** Revista Unisinos. Vol.08, nº10, Jul/dez 2004. p.172.

⁵ A cidade de Santo Antônio de Jesus está localizada no Recôncavo Sul baiano, às margens da BR-101, a 187 km (por via terrestre) e 90 km (via ferry boat) de Salvador, capital da Bahia. Possui extensão territorial de 252 km² e população estimada em 100 mil habitantes.

econômicas e caracterizaram nossa região como essencialmente agrícola até meados do século XX, quando outras atividades, sobretudo a comercial, se consolidaram.

Desde o início do século XX a lavoura fumageira propiciou à cidade de Santo Antônio de Jesus o desenvolvimento de diversas atividades econômicas interrelacionadas, como as atividades de beneficiamento nos armazéns e a confecção de charutos de produção caseira. Essas atividades, além de cumprirem com a função de interligar o campo à cidade, aqueceram a economia local, na medida em que constituíram importante fonte de emprego e renda, sobretudo para a população mais carente.

Até ser vendido aos armazéns, o fumo passava por um longo processo de preparação, realizado pela família do lavrador e também por vizinhos, amigos e parentes que, juntos, participavam solidariamente do processo de beneficiamento nas roças e confecção das manocas⁶. Após a colheita, com o fim das atividades no campo, muitos lavradores encaminhavam-se ao trabalho nos armazéns, que empregavam uma grande quantidade de trabalhadores.

O beneficiamento nos armazéns era a última etapa da cultura do fumo, quando as empresas enfiadoras assumiam o ponto central da comercialização local do produto. Os gerentes dos armazéns, também chamados de agentes, por serem os representantes das firmas exportadoras junto aos produtores, determinavam os preços a serem pagos pela compra da safra do fumo e o volume de compras a ser realizado. Eram os agentes que controlavam o mercado de preços, baseados na demanda pelo produto no interior e na conjuntura do mercado internacional. O mercado internacional, aliás, definia a estrutura do processo produtivo, determinando os locais onde se desenvolveriam as atividades específicas, ou seja, a produção e o processamento de fumo eram determinados pelos interesses de grupos econômicos estabelecidos em outras regiões, mais comumente em outros países.⁷

Os proprietários dos armazéns que se estabeleceram em Santo Antônio de Jesus, desde o início do século XX, estrangeiros em sua maioria, designavam gerentes ou agentes que se responsabilizavam pela compra do terreno, construção do estabelecimento, contratação dos empregados, distribuição de cargos, bem como pela administração dos armazéns. Eles, os proprietários, financiavam toda a estrutura do armazém e compareciam às empresas semanalmente para fiscalizar o trabalho, efetuar pagamentos e colher informações a respeito da produção, exportação e lucro. Devido a sua posição geográfica capaz de interligar o ciclo da cultura fumageira, a cidade servia de entreposto para a produção das cidades vizinhas, funcionando como centro das relações comerciais devido ao grande fluxo de compras de fumo de regiões próximas e de outros estados e ao grande volume de exportações para o exterior, principalmente para a Alemanha.

Da escolha à prensa: o trabalho com o fumo

A maioria dos trabalhadores dos armazéns era composta por mulheres, sendo que as atividades que exigiam maior esforço físico, como as de encaixotar e prensar o fumo, eram típicas do sexo masculino, assim também como as de carregar e descarregar os caminhões com fardos de fumo que entravam e saíam dos armazéns. Os cargos de mestre, contramestre e passador eram considerados as funções mais importantes, sendo distribuídos de acordo com a confiança e a

⁶ Manocas são trouxinhas feitas com as folhas de fumo pelos lavradores após a colheita nas roças; o ato de abrir essas trouxinhas - manocar - era realizado para facilitar a escolha e a classificação das folhas para posterior fermentação e secagem.

⁷ BORBA, Silza Fraga Costa. **Industrialização e exportação do fumo na Bahia: 1870-1930**. Tese de Mestrado. Salvador: Ufba, 1975, p.101.

amizade existentes na relação entre patrão e empregado. Eram cargos sempre ocupados por homens. As mulheres exerciam tarefas diversas, como manocar, escolher e classificar o fumo. As funções eram distribuídas levando em consideração a habilidade e a agilidade no saber produzir e as relações pessoais entre o gerente ou mestre e a trabalhadora. Os cargos máximos ocupados pelas mulheres eram os de escolhedeira e repassadeira. As tarefas de separar e classificar o fumo, realizadas pela escolhedeira, eram executadas no chão, onde as mulheres colocavam uma tábua no colo para realizarem o serviço. As mulheres que executavam essas atividades, as “mulheres do chão”, padeciam em posições desconfortáveis durante todo o expediente, que ia das sete às dezessete horas, com um intervalo de apenas uma hora para o almoço.

O cotidiano das mulheres trabalhadoras dos armazéns de fumo iniciava-se com longas caminhadas até os armazéns e em seguida por uma longa jornada que começava antes mesmo do sol nascer e só acabava pela madrugada. Ser mãe, mulher, doméstica e trabalhadora exigia e ditava um ritmo diferente em suas rotinas, interferindo significativamente no modo como elas conduziam suas relações com os filhos, a atividade laboral e enquanto esposa. É recorrente na trajetória de vida dessas mulheres a ausência do cônjuge, situação que as obrigavam a serem chefes de família. Dona Alice de Azevedo Silva⁸, 71 anos, mãe de dez filhos, rememorou as dificuldades em encontrar trabalho nos armazéns e da situação de penúria que viveu principalmente quando o marido a deixou e ela ficou responsável pelo sustento da família. Relatando uma vida de pobreza e muitas dificuldades no sustento e educação dos filhos, contou que começou a trabalhar nos armazéns aos 19 anos de idade, quando sua primeira filha...

...tava com 2 meses. Aí por necessidade, né? Meu marido não era bom pra mim, aí eu tive que ir trabalhar. Só que não assinou minha carteira não! (...) Ele [o marido] não brigava não. Mas ele dizia: me dá o dinheiro, me dê o dinheiro que eu vou fazer nossa feira. Aí ele fazia nossa feira com o meu e o de minha mãe e o dele ele ficava farrando, né? Dando as mulheres na rua e eu passando fome. Cheguei até a desmaiar no armazém uma vez! Não dava pra quase nada, nada, nada. Não dava mesmo... Quem tinha marido pra ajudar né, rendia até... mas quem não tinha? E tinha que fazer feira e tudo. Era só pra comida. Eu me lembro que eu, naquele tempo que usava anágua, minha anágua, eu tenho até vergonha de falar isso, toda rasgada e eu pelejando pra comprar uma anágua, mas ia na rua e não comprava que o dinheiro não dava. Eu ainda não tinha nem energia, era gás que comprava, querosene pra botar nos candieiro. Aí se eu comprar a anágua fica sem o gás, aí não podia. Com filho pequeno.⁹

As entrevistas realizadas nos permite traçar uma radiografia do estado civil dessas mulheres, em sua maioria era composta de mães solteiras ou separadas e quando casadas, experimentavam um casamento de privações, como relatado por Dona Alice ao afirmar que, seu marido não era “bom” e por conta disso, teve que ir trabalhar. A fala de dona Alice nos instiga a refletir sobre o papel da mulher pobre inserida numa sociedade machista que construiu a ideia do homem enquanto provedor, ter marido podia significar uma ajuda constante na casa e a carência do mesmo as obrigavam a desempenharem temporária ou definitivamente, muitos papéis tidos como “masculinos”. Esses papéis tem um sentido importante na desmistificação do tão discutido sistema patriarcal brasileiro¹⁰.

⁸ Alice de Azevedo Silva entrevistada dia 27/06/2014. 57 minutos.

⁹ Alice de Azevedo Silva. Depoimento citado.

¹⁰ Maria Odila Dias ao discutir cotidiano de mulheres pobres brancas e negras em São Paulo do século XIX, tratou da importância dessas em assumir ofícios necessários para o sustento dos seus familiares. Ver: DIAS, Maria Odila da Silva Leite. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1995. p. 53.

O fato de ser mulher, mãe e trabalhadora potencializava as obrigações de D. Alice, sobretudo, com as despesas da casa e dos filhos, de forma tão intensa que sua vaidade quase não tinha espaço nesse ambiente carregado de necessidades. Ainda que a anágua fosse também uma necessidade, uma convenção na vestimenta feminina da época, para esconder as curvas do corpo da mulher, não poderia constar na lista de prioridades de D. Alice, pois primeiro vinham outras como "a feira" e "o querosene".

Tânia Cunha, em estudo sobre as mulheres que sustentam os lares, confirma que nas camadas mais pobres encontra-se o maior contingente de mulheres que respondem sozinhas pelo provimento da família e que essa situação se amplia à medida em que se aproxima de áreas periféricas.¹¹ A entrada de dona Alice no mercado de trabalho para enfrentar a pobreza não alterou a ordem social de responsabilidades que recaía sobre ela enquanto ser mãe e trabalhadora. A dificuldade em compatibilizar o trabalho, a obrigação familiar e sua debilidade em cuidar dos filhos menores, são cenas gravadas em suas memórias, lembradas com tristeza. Em detrimento de uma dedicação maior ao trabalho remunerado, deixava os filhos ainda pequenos com a irmã e a falta de uma alimentação adequada, muitas vezes, provocava doenças e até a morte. Foi com muita emoção, sensibilidade e dor que narrou sobre alguns momentos difíceis:

...eu deixava os meninos com minha irmã. Não tinha leite mesmo né? Aí deixava o leite para fazer mingau (...) começava dá leite de vaca né? Aí botava um pouquinho de água para enfraquecer. Mas eles não se davam bem, dava uma diarreia. Aí eu levava pro médico. O médico passava remédio mas a diarreia não parava. Daqui a pouco tava obrando sangue. Aí pronto. Morria! Muitos filhos meu morreu por isso. Que eu não tinha leite.¹²

O depoimento evidencia a fragilidade alimentar de famílias pobres e as consequências geradas na saúde das crianças, desde a amamentação, quando a mãe mal nutrida não conseguia amamentar, nem possuía recursos para comprar comida. Passar fome era uma constante na vida de dona Alice, consciente da importância do seu papel enquanto mãe e a necessidade de prover o lar a impulsionaram na busca de emprego nos armazéns, inclusive quando grávida. Isso significava a sobrevivência da sua família. O caso de dona Alice nos instiga a voltarmos um pouco no tempo histórico e aportarmos na Bahia do século XIX, quando era comum os anúncios e propagandas em jornais oferecendo serviços de amas de leite. Nessa época, “ser ama de leite significava forçosamente abrir mão da maternidade muitos senhores preferiam que essas mulheres não dividissem seu leite entre seus filhos e os dela”¹³. Dona Alice, embora em circunstâncias diferentes, assim como muitas escravas e libertas de outrora, foram “forçadas” a abrir mão da maternidade para trabalhar, mesmo correndo risco de perder seus filhos, como asseverou a depoente: “Muitos filhos meu morreu por isso”!

Destalando, separando e classificando o fumo em casa: o trabalho domiciliar como extensão dos armazéns.

Transitando entre a casa e os armazéns, entre a carência econômica e social encontramos outras tantas mulheres trabalhadoras que relembram suas trajetórias de vida, muita pobreza e exploração. O trabalho das mulheres, porém, não se restringia aos armazéns. Muitas trabalhadoras, ao se aposentarem ou se afastarem temporariamente dos armazéns por licença médica, ficarem

¹¹ CUNHA, Tânia R. Andrade. “A mulher chefe de família e o fenômeno da violência.” In: **Politeia: história e sociedade/ revista do departamento de história da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. V. 1, n. 1 (2001). Vitória da Conquista: 2001. p. 270-271.

¹² Alice de Azevedo Silva. Depoimento citado.

¹³ SOARES, Cecília C. Moreira. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. Salvador: Eduneb, 2006.p. 44.

desempregadas ou paralelamente ao trabalho nos armazéns, tornavam-se charuteiras domésticas ou “tiravam” trouxas dos armazéns para realizarem o beneficiamento em suas residências. A fabricação de charutos e até mesmo os serviços de destalar e separar as folhas de fumo exigiam a transformação do ambiente doméstico e, normalmente, era necessário o envolvimento de toda a família na produção. Os charutos caseiros eram bastante consumidos e facilmente vendidos em mercearias, bares e botequins. Faziam parte da paisagem da cidade na medida em que eram expostos nas janelas das casas, onde também eram negociados. Além disso, esses charutos eram muito procurados para serem comercializados em Salvador.

O trabalho em domicílio favoreceu um contingente de mão-de-obra excluída, composta principalmente por mulheres e crianças que não conseguiam se inserir formalmente no mercado de trabalho. Para muitas mulheres, o trabalho em casa por produção, sem vínculo empregatício com as empresas fornecedoras, significava a exclusão aos benefícios sociais. Entretanto, para algumas delas, significava a única possibilidade de contribuir para o sustento do lar, uma vez que eram impedidas pelos seus companheiros de trabalharem nos armazéns. As crianças também participavam do trabalho com os pais. Quando não trabalhavam em casa, iam aos armazéns buscar as trouxas. “Era este trabalho denominado ‘trouxa de enrola’, por ser o fumo transportado dos armazéns para as residências em trouxas de pano de aniagem, na cabeça de mulheres e crianças” .¹⁴

As trabalhadoras carregavam "dez, cinco quilos, muitas trouxas [de fumo] na cabeça, do armazém até em casa e muitas vezes era longe... e como era longe! Mas se não tinha jeito? Não tinha carro, não tinha dinheiro para poder pagar? A gente tinha que trazer na cabeça!"¹⁵. afirmou Dona Alice Silva, que trabalhou com trouxas a domicílio quando os armazéns fechavam, devido ao peso e a distância de sua casa até aos armazéns, ela contratava pessoas para transportá-las: "tinha um senhor que tinha um jegue aí ele trazia pra mim e pra minha vizinha. E tinha os meninos com aqueles carrinhos de madeira, trazia, aí a gente pagava".¹⁶ O carrinho de mão era mais prático e também mais dispendioso para as trabalhadoras, que tinham que alugar ou comprar o carrinho. O investimento no carrinho de mão facilitava a vida do trabalhador e propiciava um aumento na produção.

Dona Isabel, também trabalhava com trouxas no lar, fazia frequentemente o percurso de casa até aos armazéns, para buscar trouxas, entregar a produção ou até mesmo receber o pagamento, possuía um carrinho de mão que auxiliava no transporte da produção. Ela e seus filhos transportavam diariamente inúmeras trouxas de fumo dos armazéns até sua casa e para dividir o peso, já que as crianças não aguentavam levar o carrinho pesado sozinhos, determinava que eles fossem puxando o carrinho pela frente e ela ia atrás empurrando. Em uma dessas andanças, quando Roque...

... meu filho mais velho dos homens foi buscar fumo comigo. Ele nunca tinha visto um trem. A gente vinha com o carro cheio de trouxa de fumo no cata-vento. Sabe onde é o cata-vento né? Quando chegou ali o trem vinha subindo. Quando o trem veio gritando: oh, oh, oh, oh... Minha fia! Quando esse menino olhou lá pra baixo, que viu o trem, largou o carro de fumo no meio da linha e despencou São Benedito abaixo. Aí o rapaz do bar correu ligeiro e tirou o carro de cima da linha e eu desc

¹⁴ SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Fazer charutos uma atividade feminina**. Dissertação de mestrado; Ufba, 2000. p. 38.

¹⁵ Isabel Sales Santos, entrevistada dia 20/02/2003.

¹⁶ Alice de Azevedo Silva. Depoimento citado.

São Benedito abaixo atrás dele correndo e vim pegar ele perto do Pau Preto, assim, tremendo que nem vara verde.¹⁷

O percurso feito pelos carregadores de fumo cortava toda a cidade, uma vez que os bairros que mais concentravam suas residências situavam-se em extremos opostos aos bairros que concentravam as empresas de beneficiamento. Nessas ocasiões e durante o percurso, eram infinitas as cenas de encantamento e estranhamento pelo urbano, vivenciadas pelos trabalhadores e suas famílias, nas longas idas e vindas aos armazéns. Certamente, o percurso impelia o trabalhador a vivenciar novos elementos da cidade e os trilhos urbanos significavam uma importante paisagem cidadina.

A movimentação de pessoas e o fervilhar das cidades à chegada dos trens¹⁸, constituíam um indicativo de “progresso”, comércio e novidade. No entanto, para algumas crianças, o trem, além de revelar desconhecimento, ainda representava o medo de uma realidade não vivenciada. O fato de levar a criança “despencar” para outro bairro e ser encontrado “tremendo que nem vara verde” são sinais que indicam o quanto causava estranheza o som e a chegada do trem.

O trabalho domiciliar significava para muitas mulheres uma importante alternativa de sobrevivência, principalmente para aquelas que não tinham com quem deixar seus filhos menores e se deslocarem até aos armazéns. As atividades realizadas nas próprias residências para as empresas representava uma relação onde não havia laços empregatícios ou seja, carteira assinada, era uma espécie de parceria onde vigorava o interesse pelo trabalho e o ganho entre ambas as partes, "apesar da remuneração baixa, essas funções permitiam conciliar as atividades de mãe e dona de casa com uma que lhes proporcionava algum rendimento"¹⁹, nesse contexto, representava ganho extra para algumas trabalhadoras e como única fonte de renda para outras mulheres que não conseguiam emprego nos armazéns.

No entanto, "a possibilidade de trabalhar em casa não significava escapar às exigências de prazos e controle de qualidade feitas pelos contratantes"²⁰, após a efetivação do trabalho: as folhas de fumo serem destaladas e separadas, a entrega da produção passava por uma fiscalização rigorosa, pois os mestres pesavam o fumo destalado, os ciscos, os talos, bagaços e até mesmo a terra que saíra dos fardos, a fim de se certificarem se o peso equiparava-se com o peso do fardo bruto. A conferência se completava com a abertura da produção para a verificação da qualidade do trabalho, como também para evitar o contrabando. Como nos contou dona Antônia:

...eu tirava trouxa e também trabalhava no armazém. Nesse tempo, a trouxa tinha acabado aí fui levar a trouxa. Eu fui levar no dia de sábado. Aí a mulher que pesava minha trouxa: “faltou meio quilo” falou. Eu disse ô menina meio quilo só que faltou! Fulana: "a não". Aí ela chamou o mestre, chamou o contramestre, chamou tudo pra dizer. Quando foi no dia de segunda-feira, não me deram mais trouxa. Porque faltou meio quilo. Aí eu fui pro Almeida trabalhar. Eu já tinha mais de quinze anos trabalhando lá...²¹

¹⁷ Isabel Sales Santos, depoimento citado.

¹⁸ SANTANA, Charles D’Almeida. **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável Recôncavo Sul. Cidades do Recôncavo**. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, abr/1999, p. 19.

¹⁹ BORELLI, Andrea, MATTOS, Maria Izilda. **Espaço feminino no mercado produtivo**. In. Nova história das mulheres no Brasil. Orgs. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. São Paulo, Ed. Contexto 2012. 126-147.p. 130

²⁰ Ibidem p. 130.

²¹ Antônia Vasconcelos, 68 anos, entrevista 21/03/2003. Duração 60 min.

Em sua narrativa dona Antônia evidencia a decepção sofrida ao ter sua produção fiscalizada em que o peso não estava de acordo o esperado, apesar de minimizar o ocorrido "meio quilo só que faltou!" na tentativa de diminuir o prejuízo, não pôde evitar o constrangimento de ser exposta na frente de todos ao ser supostamente acusada de contrabando, a narrativa é marcada de tristeza e ressentimento. Dona Antonia enfatiza o largo tempo de dedicação e cumprimento de suas obrigações naquela empresa e a decepção que a situação lhe causou não lhe permitindo mais tirar trouxas e que como consequência foi obrigada a buscar trabalho na cidade de Conceição do Almeida²². Os deslocamentos de uma cidade para outra, contribuíam com o acréscimo de gastos conforme enfatizado por dona Antonia.

A forma como era feita a fiscalização dos serviços sinaliza para as inúmeras angústias e humilhações sofridas pelas operárias, que eram obrigadas a refazerem todo o serviço quando este não fosse considerado satisfatório. Isso, além de ocupar mais o seu tempo, ainda lhes prejudicava quanto ao salário recebido, uma vez que a remuneração se dava de acordo com a produtividade. A arte de molhar as folhas de fumo ou substituí-las por pedras ou objetos pesados eram as maneiras encontradas pelas trabalhadoras para burlar a fiscalização. Essas práticas eram instrumentos de resistências das mulheres fumageiras como resposta a exploração sofrida também no espaço do lar. Aliás, o contrabando de folhas de fumo era, segundo as depoentes, corriqueiro, pois as trabalhadoras:

...gostavam de tirar capa para vender as charuteiras. Tirava um bocado de capa assim e vendia as mulher que fazia charuto. Teve trouxa de fumo que elas nem recebeu por que chegava molhada. Por que elas tirava, cabá molhava o fumo. Quando João abria a trouxa João dizia: Olhe essa trouxa tá carimbada. Ai botava separada. As carimbadas botava tudo separada, depois ele ia abrir. Olhe, teve uma trouxa que a mulher tirou tanto fumo que ela botou um tijolo desde tamanho assim! Um tijolo desse de barro dentro da trouxa. Para não faltar. Mas não adiantou. João disse assim: Oxê que trouxa pesada danada é essa? Quando abriu o tijolo dentro (risos) e quando achava não dava mais, nem pagava aquela que ela fez e ela não levava mais.²³

O lar enquanto espaço de execução de trabalho facilitava a prática de artimanhas e burlas e os gerentes tinham conhecimento de tais atos e aplicavam mecanismos de controlar e inibir operações astuciosas. As maneiras como os gerentes lidavam com os roubos nas trouxas representava uma punição à trabalhadora, a descoberta implicava o não recebimento de pagamento e a dispensa do serviço. Nas entrevistas as trabalhadoras sinalizaram que o fato de que pegar apenas algumas folhas não representava um crime e sim uma forma de diminuir a exploração e a dureza do trabalho, eram "astúcias muitas vezes minúsculas"²⁴ em que "se pegava um pouquinho só!" como afirma dona Gildete Assis, ao explicar como se davam as fraudes: "O fumo que a gente trazia para destalar em casa tava seco, ai molhava um pouco, e aí nem dava pra notar quanto a gente tirava. Pois quando ele voltava pro armazém ia úmido e o peso dava no mesmo".²⁵

A naturalidade com que Dona Gildete narra as artimanhas significa nesse caso, que era uma forma de compensar o baixo salário que lhe era pago, constituíam em desvios sutis, ações conscientes e ativas usadas para reinventar seu cotidiano pois, com as folhas retiradas ilegalmente dos armazéns elas faziam charutos e vendiam. Aliás, a produção de charutos domésticos no lar dava para muitas mulheres uma boa renda, como revela D. Maria Francisca Calixto: "Quando saí do

²² Cidade localizada no Recôncavo sul, distante 20 km de Santo Antônio de Jesus.

²³ Maria Benícia Moreira de Jesus. Entrevistada dia 18/09/2014. Duração 1:15.

²⁴ Certeau. Michel. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis. 1994. p 175.

²⁵ Gildete da Silva Assis – 61 anos, Entrevista em 10/08/2002. Duração 55 min.

armazém, eu fiquei fazendo charuto em casa. Dava mais dinheiro, minha fia. Todo dia tinha dinheiro. Todo mundo comprava charuto pra levar pra Salvador, pra Nazaré. Todo mundo ganhava dinheiro".²⁶ Os charutos caseiros eram bastante consumidos e facilmente vendidos em mercearias, bares e botequins. Faziam parte da paisagem da cidade na medida em que eram expostos nas janelas das casas, onde também eram negociados. Além disso, os charutos domésticos eram muito procurados para serem comercializados em Salvador.

O trabalho a domicílio favoreceu um contingente de mão-de-obra marginalizada, composta por mulheres e crianças que não participavam formalmente do mercado de trabalho. Para essas mulheres o trabalho em casa por produção, sem vínculo empregatício com as empresas fornecedoras, significava a exclusão aos benefícios sociais. Fato denunciado em matéria pelo jornal, onde o artigo ressalta:

Trabalho sem direitos: E apesar disso, para não terem de reconhecer nenhum dos direitos dos trabalhadores assegurados pela própria lei, os magnatas dos armazéns de fumo utilizam o sistema de trabalho avulso. Quer dizer: em vez de empregarem os trabalhadores como operários dos armazéns, os patrões exploram o trabalho principalmente de mulheres e crianças, distribuindo o fumo para ser destalado nas casas dos trabalhadores. Desta maneira conseguem mão de obra baratíssima e livram-se da obrigação de pagarem férias, indenizações, trabalho extraordinário e contribuições aos institutos. E assim sendo, os trabalhadores não dispõem de nenhum direito²⁷.

O trabalho com trouxas a domicílio não era – ou pelo menos não era sempre – uma opção da mulher entre o armazém e o lar. Representava uma relação muito vantajosa para os gerentes dos armazéns, a produção estava garantida, apesar da diminuição do número de contratações. Os empregadores lucravam com o benefício que deixavam de recolher à Previdência, em prejuízo dos trabalhadores, pois as mulheres que trabalhavam em domicílio não tinham nenhum direito trabalhista assegurado. Na atualidade muitas das entrevistadas mencionaram a dificuldade em se aposentarem, apesar de terem trabalhado muitos anos nos armazéns e não tiveram suas carteiras assinadas.

A busca pela regulamentação do trabalho com trouxas a domicílio foi solicitada em duas atas do sindicato dos trabalhadores do fumo:

...a reunião com o delegado [do Ministério do Trabalho] é para comparecer todos os operários para dizerem o que estão passando dentro das casas de trabalho, para ele tomar conhecimento de tôdas as irregularidades ocorrentes, inclusive das trouxas de fumo que estão saindo dos armazéns para fazer o trabalho em casa, e os operários deixando de trabalhar e perdendo seus documentos.²⁸

Outra ata, de agosto de 1968, reivindica:

...com referência ao problema das trouxas, os patrões estão dizendo que vai suspender o serviço em domicílio, mas nós não queremos que eles suspendam, queremos é que eles legalizem a situação das operárias que estão fazendo o serviço em residência, a fim de não perderem as suas carteiras. Temos vários operários trabalhando sem apontar suas carteiras. Outra coisa que também estamos tendo conhecimento, é que tem firma por ahí que os trabalhadores trabalham, quatro,

²⁶ Maria Francisca Santos Calixto. Depoimento citado.

²⁷ Jornal o momento 23 de maio de 1950.

²⁸ Ata do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo, 18 de junho de 1968, fl. 78.

cinco, dez semanas fazendo o serviço de acôrdo a ordem da firma e depois vem ordem da mesma para desmanchar que está errado e [o] operário trabalha de graça para a firma.²⁹

Apesar das dificuldades apontadas, o trabalho clandestino e o trabalho com trouxas no lar, vistos pela ótica da realidade social e econômica da cidade, representavam "alternativas de trabalho para aquelas que não tiveram acesso às fábricas legalmente registradas e que faziam parte de expurgo econômico e social na região"³⁰.

Considerações finais

A maioria dos trabalhadores dos armazéns era composta por mulheres. Nota-se a divisão do trabalho por sexo e a desvalorização do trabalho feminino, identificada pela remuneração inferior percebida pelas mulheres mesmo quando exerciam a mesma função desempenhada pelos homens, que tinham exclusividade no acesso aos cargos mais importantes. Esse conjunto de fatores nos leva a concluir que havia uma discriminação institucionalizada, da qual a mulher era vítima. É importante perceber que essas mulheres não desanimaram e, apesar dos desgastes provocados pelos infinitos trabalhos pesados e pela discriminação, enfrentaram e superaram o árduo cotidiano dos armazéns.

O grande esforço físico dispensado pelos trabalhadores, as más condições em que viviam, a precária ventilação das instalações e o forte odor exalado pelo fumo, são alguns dos fatores que concorreram para a insalubridade no ambiente de trabalho. Casos de doenças (depressão, loucura e doenças respiratórias, sobretudo) eram constantes durante o beneficiamento do fumo. O cheiro forte do fumo provocava vômitos e desmaios, principalmente no processo da fermentação. Os constantes desmaios eram devidos principalmente à dificuldade que os trabalhadores encontravam para se alimentar, reflexo de sua condição econômica precária. Acidentes de trabalho também eram comuns. A carência de empregos em outros setores, entretanto, garantia o combustível para a manutenção dos armazéns: a força de trabalho de homens e mulheres sem outras perspectivas.

A incerteza quanto à permanência no emprego, a remuneração baseada na produtividade, bem como o alinhamento do sindicato aos interesses patronais, implicavam competição e individualismo em prejuízo de práticas de solidariedade. Nesse contexto, os trabalhadores se submetiam a um regime intensivo de trabalho, tentando chamar a atenção dos superiores para a sua disposição e, conseqüentemente, garantir a continuidade no emprego. Como forma de resistir às más condições de trabalho e remuneração, forjavam o aumento da produtividade e furtavam folhas de fumo, que seriam utilizadas como matéria-prima na confecção de charutos domésticos.

O trabalho em domicílio pode ser compreendido sob diferentes perspectivas: algumas vezes era solicitado pelas mulheres para obterem ganho extra, outras vezes era imposto pelos gerentes dos armazéns, que lucravam ainda mais na medida em que deixavam de recolher as contribuições previdenciárias. Além disso, era também a solução encontrada por algumas mulheres para driblar os impedimentos dos companheiros que não permitiam que elas trabalhassem nos armazéns, por serem considerados locais de "gente ruim".

A partir da década de 1970 a cidade começou a adquirir destaque no cenário regional devido ao dinamismo comercial proporcionado pelo crescente número de atividades desenvolvidas e pelos serviços prestados principalmente às cidades vizinhas. Observa-se nesse período que as atividades agrárias já eram menos expressivas, ocupando posição secundária em relação às atividades

²⁹ Ata do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo, 18 de agosto de 1968, fl. 80.

³⁰ SILVA. Op.cit. p 52.

comerciais. Esse momento assinalou a decadência das atividades dos armazéns e o fechamento de muitos desses estabelecimentos.

A partir da década de 1960 os proprietários começaram a transferir as empresas enfiadoras para Cruz das Almas. Esse fator determinou o fechamento dos armazéns da cidade. Na década de 1970 eles eram apenas doze em Santo Antônio de Jesus. Na década de 1980, apenas um resistia. Tal fato teve como consequência o surgimento de um grande contingente de trabalhadores desempregados que passaram a perambular pela cidade à procura de emprego, uma vez que o comércio não absorveu sequer uma parcela mínima da mão de obra oriunda dos armazéns, devido principalmente ao perfil desses trabalhadores: homens e mulheres com idade avançada e pouca instrução formal. Parte desses trabalhadores se deslocou para a zona rural, para desenvolver atividades variadas, como a de plantador de mandioca, apanhador de café, plantador e colhedor de laranjas. Quanto aos trabalhadores e trabalhadoras que permaneceram na cidade, passaram a realizar funções de empregadas domésticas, lavadeiras, garis, fateiros (cuja função consistia em lavar e vender vísceras de determinados animais), biscateiros. Em sua maioria, as ex-trabalhadoras dos armazéns passaram a constituir suas vidas como mulheres do lar. Algumas conseguiram se aposentar e viver dessa aposentadoria. Muitas ainda hoje tentam conseguir esse benefício.

REFERÊNCIAS:

- BORBA, Silza fraga Costa. **Industrialização e exportação do fumo na Bahia: 1870-1930**. Tese de Mestrado. Salvador: Ufba, 1975.
- BORELLI, Andrea, MATTOS, Maria Izilda. Espaço feminino no mercado produtivo. In: **Nova História das mulheres no Brasil**. Orgs. PINSKY, Carla Bassanezi; Pedro, Joana Maria. São Paulo. Ed. Contexto. 2012.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis: 1994.
- CONSTANTINO. Núncia Santoro de. O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local? **Revista Unisinos**, São Leopoldo, vol. 8, n. 10, p.157-178, Jul/dez, 2004.
- CUNHA, Tânia R. Andrade. A mulher chefe de família e o fenômeno da violência. In. **Politéia: história e sociedade/revista do departamento de história da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. V.1, n.1 (2001). Vitória da Conquista: 2001.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1995
- HALBWASCHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: Amado, Janaína e Ferreira, Marieta de Moraes (orgs). In. **Usos e abusos da história oral**. 8ªed. FGV, 2006. p. 93-101.
- SANTANA, Charles D'Almeida. **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável no Recôncavo Sul. Cidades do Recôncavo**. Salvador: companhia de desenvolvimento e ação regional. Ab/1999.
- SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Fazer charutos uma atividade feminina**. Dissertação de Mestrado. Salvador-Ba. Ufba. 2000.

SOARES, Cecília C. Moreira. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. Salvador: Eduneb, 2006.

Fontes Orais:

Alice de Azevedo Silva. Entrevista dia 27/06/2014. 57 minutos.

Isabel Sales Santos, entrevistada dia 20/02/2003. 60 minutos.

Antônia Vasconcelos Sampaio entrevistada dia 21/02/2003. 60 minutos.

Maria Benícia Moreira de Jesus. Entrevistada dia 18/09/2014. 1:15. Minutos.

Gildete da Silva Assis – 61 anos, Entrevista em 10/08/2002. Duração 55 min.

Maria Francisca Santos Calixto. Depoimento citado.

Periódicos

Jornal o momento 23 de maio de 1950.

Escritas

Livro de Atas do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo. 1960-1984.